



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - PORTUGUÊS**

**PAULO GUILHERME GOMES FILHO**

**REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLINGUÍSTICA NA SALA DE  
AULA A PARTIR DA VIVÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**GUARABIRA - PB  
2019**

PAULO GUILHERME GOMES FILHO

**REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLINGUÍSTICA NA SALA DE  
AULA A PARTIR DA VIVÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado à Coordenação do Curso de Letras  
– Português, da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Licenciado em Letras – Português.

**Orientador:** Prof. Me. Paulo Aldemir Delfino Lopes

**GUARABIRA  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633r Gomes Filho, Paulo Guilherme.  
Reflexões sobre a importância da sociolinguística na sala de aula a partir da vivência do estágio supervisionado [manuscrito] / Paulo Guilherme Gomes Filho. - 2021.  
21 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Paulo Aldemir Delfino Lopes ,  
Coordenação do Curso de Letras Português - CEDUC."

1. Estágio Supervisionado. 2. Ensino. 3. Sociolinguística. I.  
Título

21. ed. CDD 306.44

PAULO GUILHERME GOMES FILHO

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLINGÜÍSTICA NA SALA DE  
AULA A PARTIR DA VIVÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado à Coordenação do Curso de Letras  
– Português, da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Licenciado em Letras – Português.

Aprovado em: 29/11/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Paulo Aldemir Delfino Lopes  
Prof. Me. Paulo Aldemir Delfino Lopes (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Karla Valéria Araújo Silva  
Profa. Esp. Karla Valéria Araújo Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Danielle dos Santos Mendes Coppi  
Profa. Ma. Danielle dos Santos Mendes Coppi  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 A SOCIOLINGUÍSTICA E SEU PAPEL NO COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Norma padrão, norma culta e norma popular .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Variedade linguística no livro didático .....</b>	<b>12</b>
<b>2.3 Preconceito linguístico e evasão escolar.....</b>	<b>15</b>
<b>3 DEVEMOS DEIXAR O MÉTODO DE ENSINO TRADICIONAL? .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1 Por uma resignificação linguística.....</b>	<b>20</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>

## REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLINGUÍSTICA NA SALA DE AULA A PARTIR DA VIVÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

### REFLECTIONS ON THE IMPORTANCE OF SOCIOLINGUISTICS IN THE CLASSROOM FROM THE EXPERIENCE OF SUPERVISED INTERNSHIP

Paulo Guilherme Gomes Filho\*

#### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir a importância da Sociolinguística na sala de aula para o enfrentamento do preconceito linguístico, a partir da compreensão sobre como são tratados os fenômenos sociolinguísticos e as metodologias aplicadas ao ensino da língua portuguesa, além de refletir sobre o tema do preconceito linguístico dentro e fora de sala de aula, a partir das vivências no estágio supervisionado. Como base para a fundamentação teórica, nos pautamos nas reflexões de autores como Bagno (2007; 2013), Pimenta (2010), Faraco (2003), Gadotti, (1999) e Antunes (2006), os quais discorrem acerca de temas como variedades, preconceito linguístico, variação linguística, métodos de ensino, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (BRASIL, 2016). Para a realização desta pesquisa, utilizamos das vivências de estágio supervisionado nas escolas públicas no ensino fundamental e médio, fazendo relação com os autores mencionados sobre as práticas de ensino e preconceito linguístico. Por meio das observações, constatamos problemas nas salas de aulas, alguns professores apegados ao método tradicional de ensino, preconceito atuante no meio social e escolar, conteúdo do livro didático limitado, tentativa de representação de variações limitadas pelo material didático.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado. Ensino. Sociolinguística.

#### ABSTRACT

The objective of this article is to argue the importance of Sociolinguistics in the classroom for confronting linguistic prejudice, from understanding about how sociolinguistic phenomena are threatened and the methodologies applied to the teaching of the Portuguese language, besides reflecting on the theme of linguistic prejudice inside and outside the classroom, from the experiences in the supervised internship. As a basis for the theoretical foundation we guide reflections by authors like Bagno (2007; 2013), Pimenta (2010), Faraco (2003), Gadotti, (1999) and Antunes (2006), which discuss themes like the varieties which discuss about topics such as varieties, language prejudice, linguistic variation, teaching methods, in addition to the National Curriculum Parameters (PCN) (BRASIL, 1998) and National Textbook Program (PNLD) (BRASIL, 2016). For this research, we use the experience of the supervised internship in the public schools in the elementary grade and high school making the authors mentioned on the teaching and linguistic prejudice practices. Through the observations, we have been in the problems of classroom some teachers attached to the traditional teaching method, prejudice acting in social and school environment contents of the limited textbook attempt to represent variations limited by the didactic material.

**Keywords:** Supervised internship. Teaching. Sociolinguistics.

---

\* Graduando em Letras - Português, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus III. E-mail: paulinho\_ggf@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, no que se refere ao ensino da Língua Portuguesa, podemos identificar que, em grande parte, o foco de professores está voltado para o ensino da gramática mais estrita, apegado à metodologia mais tradicional de ensino, não considerando as transformações históricas e sociais nem a democratização do acesso à escola pública, que trouxe para esta diversas realidades sociais, e novos desafios no tratamento da diversidade cultural, por parte dos professores.

Os estudos realizados neste trabalho têm como objetivo geral discutir a importância da Sociolinguística na sala de aula para o enfrentamento do preconceito linguístico, e, como objetivos específicos, compreender de que forma são tratados os fenômenos sociolinguísticos e as metodologias aplicadas ao ensino da língua portuguesa e refletir sobre o tema do preconceito linguístico dentro e fora de sala de aula, a partir das vivências no estágio supervisionado.

A escolha dessa temática surge da necessidade de ressignificar a visão sobre o falar brasileiro, sem o preconceito diante das diversas formas de falar o português, uma reeducação sociolinguística como propõe Bagno (2007), para os professores de língua portuguesa.

Quanto à fundamentação teórica, autores como Bagno (2007; 2013), Pimenta (2010), Faraco (2003) e Gadotti, (1999), além dos documentos oficiais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN; 1998) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD; 2016), constituem a base dessa pesquisa. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica, definida por Fonseca (2002), como sendo aquela

[...] feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

É necessário dizer, também, que apesar de situar a natureza da pesquisa como bibliográfica, alguns aspectos deste trabalho fazem referência às vivências em sala de aula, na época da realização dos estágios supervisionados I, II e III, que compõem a grade curricular do curso de Letras – Português da UEPB.

Com isto, pretende-se refletir sobre as realidades polêmicas, quando se tratado que é considerado certo ou errado nas aulas de Língua Portuguesa, as possíveis causas da evasão escolar decorrentes, em grande parte, dos constrangimentos que são expostos os alunos, conforme exposto por Bagno (2013).

Enquanto parte do professorado põe em prática o ensino da gramática normativa, regência verbal e nominal, flexões de gêneros, concordância verbal, entre outros, outra parte não leva em consideração ou desconhece as transformações históricas e sociais pelas quais a língua passou. Geralmente, também não se atenta para as variações linguísticas, que são estigmatizadas tanto na escola como em alguns espaços sociais. A democratização do acesso à escola trouxe alunos com diversas realidades, uns migram de estados, outros são filhos de pais separados, da zona rural, pais que não tiveram acesso à escola (analfabetos), de comunidades, entre outros.

O preconceito linguístico é um fato muito presente tanto na escola como em espaços sociais, porém, passa de forma imperceptível por quem o dissemina. Esse fato é preocupante, pois a taxa de analfabetismo no Brasil, segundo a Agência IBGE Notícias<sup>1</sup>, em 2017, alcançou o índice de 7,0% na faixa etária de 15 anos de idade ou mais, e, em grande medida, isso se deve ao fato de muitos abandonarem a escola, por não se sentirem linguisticamente acolhidos nessa instituição.

Diante desse contexto, os cursos de formação de professores têm enfatizado a necessidade de que os professores de língua portuguesa devem levar em consideração as transformações sociais, adequando os conteúdos de ensino à realidade do aluno, e isso inclui desapegar-se do ensino tradicional para uma melhor atuação profissional em sala de aula. Nesse sentido, Bagno (2013, p. 133) destaca que:

Esse ensino tradicional, como eu já disse, em vez de incentivar o uso das habilidades linguísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente para ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva (e muitas vezes punitiva), cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade, de incompetência.

Seria necessária uma nova capacitação e formação contínua para o corpo docente mais antigo, com características voltadas ao ensino tradicional, para compreender as variações e readaptar-se à realidade dos alunos que ingressam no ensino público de diversas classes sociais. A sociolinguística aponta por meio de suas investigações a forma dinâmica a qual os

---

<sup>1</sup> Cf.: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>>. Acesso em: 04 out. 2019.



locutores fazem uso da língua bem como também as interferências que acarretam nas variações. Assim, parte dos estudiosos sociolinguísticos pretendem romper com a tradição, quebrando o preconceito com as variações mais estigmatizadas.

Para a docência mais tradicional, os cursos de formação continuada ou outras formas de “reciclagem”, em tese, podem melhorar ou até resolver algumas problemáticas nas práticas docentes, pois os professores podem ser levados a ter uma visão mais sensível sobre as diversas variações, evitando, assim, o constrangimento “ao interromper o fluxo natural da expressão e da comunicação” do aluno e deixaria “primeiro ele expressar-se para depois corrigir” (BAGNO, 2013, p. 133), ou explicar as normas adequadas gramaticalmente, porém, ensinar que deve existir o respeito às variações, pois elas são fruto das transformações sociais e históricas da sociedade, com isto, poderia contribuir para a diminuição dos números da evasão escolar.

É indispensável argumentar sobre a importância do estágio de observação e de regência em nossa formação no curso de Letras Português. Essas disciplinas nos proporcionam grandes experiências dentro de sala de aula, convivendo com diversas realidades sociais, observando o espaço, o ensino, a metodologia e a realidade de um professor, e adquirindo conhecimento e experiência para não nos encontrarmos com uma realidade diferente do que foi apenas idealizado por conteúdos teóricos. Assim, o estágio é o momento de aliarmos a teoria à prática.

Sabemos que para qualquer atividade profissional, carece de prática e observação de quem estar em processo de formação. Não é diferente para com o professor, também é na prática, assim como afirmam Pimenta e Lima (2010, p. 37): “A formação do professor, por sua vez, se dará pela observação e tentativa de reprodução dessa prática modelar”. Um dos métodos mais utilizados para aprender a profissão é observando e tentando reproduzir, às vezes, reelaborando alguns métodos já conhecidos como bons.

Com as observações nos período de estágio, podemos notar o desinteresse dos adolescentes pelo estudo, que se tornou algo sem importância. Mesmo com a ótima qualificação da professora que nos cedeu o espaço na turma de 3º ano do ensino médio, a falta de interesse dos alunos era um incômodo para nós que observávamos. A professora estava o tempo todo interagindo com os alunos, às vezes, chamando atenção de alunos específicos, como os desatenciosos e os brincalhões.

Outra característica identificada na prática da professora foi a adoção do construtivismo, utilizando estratégias cognitivas que conduzem o aluno à sua própria aprendizagem. Com essa didática, a professora procurava guiar os alunos ao que era preciso

para compreensão dos métodos a serem usados em uma produção textual, lembrou como fazer uso de falas de outras pessoas nos textos, citar nome do autor, mês e ano, características que fazem com que o texto do aluno não seja considerado plágio.

A escolha deste tema surgiu a partir das observações em sala de aula nas escolas da rede pública de Guarabira, durante a realização dos estágios supervisionados, quando constatamos que os métodos tradicionais de ensino ainda são adotados por professores de língua portuguesa.

## **2 A SOCIOLINGUÍSTICA E SEU PAPEL NO COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

Diante das variedades linguísticas nas falas dos segmentos da sociedade brasileira menos escolarizados, podemos notar preconceito por parte das classes mais escolarizadas. Os estudos sociolinguísticos são de suma importância para uma melhor compreensão da relação entre a língua e o social. Preocupando-se em estudar a língua em uso real, levando em consideração a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção da fala, a sociolinguística defende novos métodos para o trabalho com a língua portuguesa dentro das escolas.

Os estudos sociolinguísticos rompem com o paradigma estrutural, ainda muito presente no contexto escolar, de que a língua venha a ter uma única forma. O que antes poderia ser considerado “errado”, à luz da sociolinguista passa a ser visto como uma possibilidade diante da diversidade linguística, que se manifesta nas diferenças entre regiões, níveis culturais e educacionais, pois a língua portuguesa é falada de modos diferentes pelo Brasil e possui grande variedade de dialetos.

A intenção dos linguistas ao levantar essas questões não é criar uma nova gramática, como argumentam alguns que não compreendem essa ciência. O que defendem é que o ensino se dê de uma forma mais contextualizada, fazendo os educandos entender o sentido de uma determinada regra, o que está por trás dela e qual a sua utilidade no contexto de uso da língua portuguesa, conforme argumenta Coppi (2014):

[...] os alunos devem aprender o sentido de uma determinada regra, como ela se dá em uma situação real do uso da linguagem oral e/ou de escrita, já que o ensino tradicional, muitas vezes, não cumpre com o objetivo que lhe é atribuído de preparar o aluno para ler e produzir, de maneira coerente, textos orais e escritos diversos (p. 14).

Ou seja, não é desconsiderado por Coppi a necessidade do ensino da gramática normativa, que é muito importante na formação intelectual do aluno, no entanto, é necessário que ele seja contextualizado de acordo com a realidade do mesmo. Como mediador, o professor deve levar o discente a compreender o emprego das normas gramaticais, para usá-las em determinados contextos, seja por meio da fala ou da escrita.

É necessário viabilizar o ensino escolar, tornando acessível para as inúmeras variedades linguísticas (sociais, regionais, sexo, gênero, faixa etárias) que qualquer língua viva possui. O ideal não é substituir um uso por outro, mas demonstrar aos educandos, a diversidade linguística que há no ambiente escolar. Nesse caso, não se pretende excluir a norma culta ou a padrão, mas conscientizá-los que podem ser competente (sic) na língua portuguesa e reconhecerem os diversos usos da língua, inclusive o da norma padrão.<sup>2</sup>

Em outras palavras, o educando precisa compreender que existem diferentes normas linguísticas e que cada norma tem seu valor, seu uso, e, portanto, não pode ser desprezado, muito menos ser motivo para discriminação.

## 2.1 Norma padrão, norma culta e norma popular

De acordo com o Dicionário Houaiss (2009), “norma”, no sentido linguístico, significa “conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser usado numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais” e “tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais”.

Nesse sentido, segundo Bagno (2007, p. 103), os falantes do português no Brasil, em geral, fazem uso de três normas linguísticas: norma padrão, norma culta e norma popular. A **norma padrão** pode ser compreendida por muitos

Como **produto sociocultural**, vinculado à esfera **política**, transformado em **instrumento de poder**, de coerção e, no período colonial, de submissão dos povos conquistados em outros continentes, a norma padrão é o fenômeno marcado historicamente por uma **ideologia** excludente e repressora (BAGNO, 2007, p. 96, grifos do autor).

A **norma culta**, por sua vez, é a forma linguística que mais se aproxima da norma padrão, que exige mais correção gramatical, usada por pessoas com maior grau de escolaridade, em contextos mais formais. Porém, quando estudamos a história da língua

---

<sup>2</sup> Cf.: <[https://monografias.brasescola.uol.com.br/educacao/o-preconceito-linguistico-relacao-alunos-ensino.htm#capitulo\\_4](https://monografias.brasescola.uol.com.br/educacao/o-preconceito-linguistico-relacao-alunos-ensino.htm#capitulo_4)>. Acesso em: 20 out. 2019.

portuguesa, sabemos que nossa língua é herdeira de vários dialetos, o português padrão que tem sua origem de Portuguesa ou também chamado europeu e o português brasileiro. No Brasil, o português tem seus dialetos diversificados, de acordo com seus estados, baianos, brasilienses, caipira, gaúcho, entre outros.

Já a **norma popular** é uma das variantes menos prestigiada pela sociedade, geralmente usada por habitantes da zona rural e pessoas menos escolarizadas. De acordo com o Dicionário Informal<sup>3</sup> (2019), “A **norma popular** é a variante linguística que engloba a fala da população menos escolarizada”.

Embora essas normas estejam mais ou menos relacionadas a fatores sociais e econômicos, necessariamente, os falantes da língua não se comportam linguisticamente sempre dentro de uma única norma.

## 2.2 Variedade linguística no livro didático

Faraco (2003) comenta sobre a variação linguística e suas adequações e readequações conforme as situações reais envolvendo o locutor e seu interlocutor. E destaca que a língua não tem uma estrutura gramatical única, podendo apresentar variações, independente da norma adotada. Segundo o autor,

(...)nenhuma delas é uniforme, homogênea; todas conhecem variação na pronúncia, no vocabulário e na estruturação gramatical; todas se materializam como um conjunto de variedades geográficas, sociais e contextuais (...) (FARACO, 2003, p. 157, grifos do autor).

A sociedade está em constante transformação e a língua segue esse mesmo processo. Os processos migratórios, por exemplo, são responsáveis por grande parte dos processos de variação: nordestinos que migram para o sul, sulistas que migram para o norte etc. contribuem para que surjam novas variações regionais. Para Faraco (2003, p. 157. grifos do autor), podemos dizer “que não existe **a** ou **uma** língua portuguesa, mas **muitas** línguas portuguesas.”.

A língua varia conforme a localização geográfica, de grupos sociais para grupos sociais, de acordo com os diferentes contextos, dentre outros. O que geralmente é observado na maior parte da sociedade é a variação da língua de uma região para outra. Faraco (2003) nos traz um fato importante a respeito do fenômeno linguístico no Brasil:

<sup>3</sup> Cf.: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/norma+popular/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

Em varias regiões do país convivem, num mesmo espaço geográfico, diferentes variedades regionais. Esse fenômeno é decorrência dos movimentos migratórios de grandes contingentes populacionais que ocorreram durante o século XX: a migração de nordestinos para o centro-sul, a migração de sulistas para o centro-oeste e norte e o grande êxodo rural que, em pouco mais de 50 anos, inverteu a distribuição da população entre cidade do campo, tornando o nosso país um dos mais urbanizados do mundo e trazendo para o espaço urbano os falares rurais brasileiros (FARACO, 2003, p. 159).

No contexto de sala de aula, o aluno, geralmente, tem contato com a variedade linguística a partir do livro didático. No entanto, esses materiais nem sempre atraem alunos, pois seus conteúdos referentes às variações regionais não condizem com a realidade social. Os processos migratórios entre regiões no Brasil também trouxeram para a escola alunos de diversas realidades.

Com relação aos livros didáticos de língua portuguesa, Bagno (2007, p. 19) diz que eles

(...) deram um espetacular salto de qualidade desde que, em 1996, foi instituído o Programa Nacional do livro Didático (PNLD), por meio do qual o Ministério da Educação avalia, compra e distribui obras destinadas ao ensino das diferentes disciplinas que compõem o currículo do ensino fundamental.

Mesmo que o PNLD tenha uma intenção positiva, possibilitando aos professores a escolha do material didático mais adequado às suas necessidades, ao tratar as variações, os livros nem sempre correspondem à realidade. Por exemplo, a fala característica do nordeste quase nunca é apresentada e, às vezes, o que consta no livro não condiz com nossas marcas regionais, ou quando consta, o nordestino é representado pela figura do personagem Chico Bento, da Turma da Mônica, que exemplifica uma variedade regional do interior de São Paulo. Além do mais, de acordo com Bagno (2007),

Um dos principais problemas que encontramos nos livros didáticos é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais “correto”, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação (BAGNO, 2007, p. 120).

As representações trazidas em tirinhas, em alguns livros, não condizem com variações fiéis, pois denotam uma necessidade de estudos mais profundos sobre essas variações no Brasil, para assim, não fazer uso inadequado nas tentativas de representatividade. Analisando o enunciado “SORRIAM QUI VÔ TIRÁ O RETRATO!”, Bagno (2007) pontua que

(...) na tentativa de reproduzir o falar “caipira”, foram usadas as grafias QUI, VÔ e TIRÁ. Mas desde quando essas pronúncias são exclusivas das variedades rurais? Em todo o português brasileiro, a palavra que escrevemos QUE é pronunciada [Ki], porque a redução da vogal átona final E em [i] é uma regra categórica da nossa língua, isto é, não apresenta variação – como ocorre em BODE, COBRE, DENTE, FACE, GAFE, FOLE, ELE, ME, TE, SE e em milhares de outras palavras (BAGNO, 2007, p. 120-121).

Na fala “caipira”, que é representada pelo primo de Chico Bento, podemos notar, além da representação da grafia, que ele usa a palavra “SORRIAM” no plural. Tratando-se de uma representação de fala de pessoas da zona rural, menos escolarizadas e com baixa posição econômica, dificilmente elas fariam uso de palavra no plural, assim como também não usariam a concordância verbal.

O PNLD é um programa do governo que tem como objetivo prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários. É o mais antigo programa voltado para a distribuição de obras didáticas aos estudantes de rede pública de ensino brasileiro. Mas a realidade nas escolas de rede pública é diferente, notamos que os livros didáticos são compartilhados entre os turnos com os alunos. Este fato se distancia do objetivo do PNLD (BRASIL, 2016).

Os alunos devem conhecer suas raízes culturais e precisam de motivação para que despertem curiosidade e interesse. Descobrir que o estudo nas escolas de ensino fundamental e médio não se resume apenas ao conteúdo repetitivo de gramática pode tornar-se um atrativo, evitando o abandono da escola. Nesse sentido, o trabalho com a variação linguística torna-se um grande aliado em sala de aula, mas, conforme Bagno (2007), é preciso fugir do óbvio:

(...) (“mandioca”, “aipim”, “macaxeira”, “bergamota”, “mexerica”, “tangerina”) ou à imitação grotesca dos sotaques (como ocorre, por exemplo, nas telenovelas e minisséries supostamente ambientadas no Nordeste ou no Rio Grande do Sul, ou nos programas humorísticos que são elaborados sempre com base nos piores preconceitos sociais), a gente pode tentar conseguir filmagens ou gravações autênticas de falantes representantes das diversas variedades linguísticas brasileiras e explorá-las em sala de aula (...) (BAGNO, 2007, p. 124).

Muitos elementos culturais do povo nordestino poderiam ser adicionados ao livro didático para o aluno não ficar limitado a um material com um conteúdo unificado referente à literatura e regionalização. Há uma grande variedade de temas abordados pelos livros didáticos, eles são ricos em alguns conteúdos, porém pobres na questão sociocultural. Essa pluralidade de temas e conteúdos está prevista nos PCN, quando estes falam sobre as propostas curriculares, conforme podemos constatar:

Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas (BRASIL, 1998, p. 13).

Os PCN sugerem que o modelo curricular seja readequado de modo que contemple a diversidade sociocultural das diferentes regiões. A gramática normativa é importantíssima para a formação do aluno, porém, os aspectos culturais não podem ser deixados de lado. Questões como diversidade cultural, variação local, regional dentre outras, devem fazer parte do currículo de língua portuguesa. O aluno deve ter consciência da variação linguística e suas adequações e readequações conforme a situação real de comunicação (FARACO, 2003).

Se pararmos para analisar, as pessoas mais escolarizadas adéquam sua fala de acordo com o contexto, se for uma fala entre amigos, fazem uso de uma linguagem informal, que tende a simplificar tanto a morfologia quanto a sintaxe da língua, empregando formas como “tô” e “vô”, além de gírias. Em contextos sociais mais formais, como um pronunciamento político, um evento judicial, entre outros, notamos o uso da linguagem rebuscada, também chamada de “cultura”.

### **2.3 Preconceito linguístico e evasão escolar**

Existem diversos tipos de preconceitos disseminados no seio da sociedade. Eles precisam ser combatidos com inteligência, sabedoria e praticidade. O preconceito linguístico, aquele em que as pessoas são julgadas por seu modo ou “jeito” de falar, geralmente ocorre quando uma parte da sociedade, mais escolarizada, depara-se com pessoas com uma realidade social diferente, por exemplo, pessoas da zona rural, de comunidades mais isoladas ou familiares menos escolarizados, que fazem uso de uma variedade linguística dita “menos culta”.

O falar nordestino tem sido objeto de estigmatização por parte da sociedade mais escolarizada ou mais favorecida economicamente, pela exigência de uma fala mais “correta”, sem atentar para a realidade do falante, esquecendo-se que existe uma cultura regional e que as diferenças sociais não impedem o convívio entre pessoas mais e menos escolarizadas.

O que continua sendo um fato muito recorrente nas escolas é o preconceito linguístico e a divisão entre classes de mais ou menos prestígio social. Alunos que têm pais

escolarizados, renda melhor, provenientes da zona urbana, entre outros, procura utilizar a língua de forma mais “correta”, porém, exclui e discrimina as classes menos prestigiadas, da zona rural, menos escolarizada, de baixa renda, que dizem: *vô trabaiaá, eu trabaio, vô prantá, dexa eu preguntá pá tu etc.*

Como estratégia para o enfrentamento do preconceito linguístico dentro do ambiente escolar, Bagno (2007, p. 82) propõe uma reeducação sociolinguista:

À professora e ao professor de língua portuguesa cabe o trabalho da reeducação sociolinguística de seus alunos e de suas alunas. O que significa isso? Significa valer-se do espaço e do tempo escolares para formar cidadãos e cidadãs conscientes da complexidade da dinâmica social, conscientes das múltiplas escalas de valores que empregamos a todo o momento em nossas relações com as outras pessoas por meio da linguagem.

As exigências gramaticais, ao invés de incentivar o uso das habilidades linguísticas do indivíduo, acabam constringendo o aluno. Bagno (2013) destaca que devemos deixar o aluno

(...)expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, porém a ação é inversa, interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva (e muitas vezes punitiva), cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade, de incompetência(...) (BAGNO, 2013, p. 133).

A atitude corretiva, interruptiva da expressão dos alunos, causa no indivíduo constrangimento e receio de fazer comentários para não cometer “erros”. Observa-se, nessa postura, as possíveis causas da evasão escolar: constrangimento com a correção na fala, escrita, leitura etc.

Existem diversos fatores que podem causar a evasão escolar. Ela pode estar relacionada ao desenvolvimento cognitivo, à exclusão de todos aqueles que não se enquadram nas exigências do sistema educacional, ao registro de linguagem utilizado pela escola, que, muitas vezes, não condiz com o contexto social do aluno e muito menos com a bagagem cultural que este possui ao chegar ao ambiente escolar.

No caso do professor, um dos motivos que mais contribuem para que o aluno deixe de frequentar suas aulas seria a prática pedagógica, na maioria das vezes, voltada para uma perspectiva tradicional, com uso de métodos avaliativos centrados fortemente na ideia de “certo” e “errado” sem que haja uma verificação mais precisa, que possibilite compreender se o aluno alcançou ou não a aprendizagem desejada.

No que diz respeito ao aluno, deve ser considerado o meio social em que este indivíduo está inserido, pois, muitas vezes, os pais não acompanham o desenvolvimento do filho na



escola, além de buscar compreender se ele apresenta alguma deficiência cognitiva ou intelectual, que dificulta a sua interação em todo o processo de aprendizagem. Estas podem ser algumas das causas da desmotivação do aluno e, conseqüentemente, da evasão escolar.

A estrutura física para permanência do aluno em sala de aula é um dos grandes problemas nas escolas da rede pública. Tivemos a oportunidade de colaborar com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por duas vezes, e, como futuro professor, observar as dependências das escolas da rede pública, tanto durante a aplicação das provas do ENEM, quanto nos estágios. A realidade que se encontra são salas de aula que mal acomodam os alunos, problemas com o calor, com as bancadas etc. Às vezes, os professores precisam desligar os ventiladores para se fazer ouvir pelos alunos. No estágio, notamos a falta de interesse de parte dos alunos, os que não tinham vontade de permanecer em sala de aula, saíam e iam fazer outras coisas, como jogar bola ou simplesmente iam para áreas mais arejadas da instituição.

Segundo Bagno (2013), a evasão escolar tem recebido a contribuição do preconceito linguístico, muitas vezes, disseminado pelo próprio professor, ao interferir no fluxo de expressão do aluno e o corrigir mesmo antes de compreender sua realidade, demonstrando que o ensino de português, em muitos casos, ainda se detém apenas ao ensino tradicional da gramática normativa. Bagno nos faz refletir sobre a importância de ouvir o que o educando tem para agregar ao conteúdo aplicado em sala de aula, levar em consideração e atentar ao que ele tem a dizer, levando-o à compreensão da temática sem o constranger diante dos demais colegas.

Portanto, é necessário que a docência esteja sempre passando por novos planejamentos, para um melhor preparo, e que não desconsidere a importância das transformações sociais constantes. Os professores, sobretudo os adeptos do ensino tradicional, precisam estar atualizados sobre os ensinossócio linguísticos, é preciso um olhar atento para a realidade e as transformações da língua portuguesa e suas variantes. Alunos e professores precisam compreender que na nossa língua não há certo ou errado, mas sim variações linguísticas, mais ou menos adequadas a cada contexto de uso.

O ensino das variações ainda é algo muito escasso nas escolas de ensino fundamental e médio. Deparamo-nos frequentemente com professores apegados à gramática normativa, ao livro didático fornecido por uma editora que ainda mantém conteúdos que não representam as variações de alguns estados do Brasil, neste caso, referimo-nos às variações do nordeste. Muitas vezes, o material didático contém textos que tentam reproduzir algumas características

regionais, porém representa a variação como uma linguagem “caipira”, como já exemplificado por Bagno (2007) com a figura do personagem Chico Bento.

### **3 DEVEMOS DEIXAR O MÉTODO DE ENSINO TRADICIONAL?**

A sociedade está em constante transformação, com isso, as escolas encontram-se com diversos públicos. Estes públicos carregam uma bagagem social diversificada, linguagem, costumes, educação, pais mais escolarizados e menos escolarizados, entre outros. O professor precisa estar preparado para as constantes transformações sociais, levar em consideração que tanto o ensino quanto os alunos acompanham o ritmo dessas transformações.

Pimenta e Lima (2010) informam que, decorrente das transformações históricas e social, as escolas encontram-se com várias demandas sociais. No entanto, no modelo de ensino tradicional,

Não cabe, pois, considerar as transformações históricas e sociais decorrentes dos processos de democratização do acesso, que trouxe para a escola novas demandas e realidades sociais, com a inclusão de alunos até então marginalizados do processo de escolarização e dos processos de transformação da sociedade, de seus valores e das características que crianças e jovens vão adquirindo (PIMENTA; LIMA, 2010, p. 36.).

A prática como imitação de modelos pode nem sempre ser útil para o aluno devido a sua realidade social, o professor tem que estar sempre reelaborando seus métodos e se adequando à realidade social de cada estudante, aplicando o método tradicional quando necessário, deve considerar que o aluno tem agregado em si conhecimentos e aprendizados que servirão para a sua formação discente, que o diálogo é indispensável à relação professor-aluno, e que o professor não deve se colocar na posição de detentor do saber.

Sobre o modelo de escola tradicional e seu método de ensino, Libaneo (1994) esclarece que

A autoridade do professor não se questiona nem se discutem as decisões. O protótipo de gestor dessas escolas identifica-se com o burocrata autoritário, cujo principal preocupação é o controle da aplicação dos programas de ensino de ordens emanadas do Estado (LIBANEO, 1994, s/p).

As características descritas por Libaneo condizem com a realidade de muitos professores, que ainda fazem uso desse método de ensino, considerando o ensino e os alunos imutáveis, não cabe considerar as transformações sociais no decorrer dos anos. Neste contexto, o professor que ainda toma para si o controle da aplicação apenas do que está

programado, sem tentar uma adequação conforme a realidade da sua turma, sem levar em consideração o que o aluno tem a agregar, faz com que o aluno não possa expor seu saber, nem ao menos tire dúvidas sobre o conteúdo aplicado. Isso pode fazer com que este método, muitas vezes, torne-se inadequado para o alunado.

Às vezes, o ensino repetitivo das estruturas gramáticas limita o aluno a conhecer apenas a parte estrutural, com classificação de orações, sujeito, verbo, conjugação, acentuação, pontuação, entre outras.

Para a prática de ensino, o professor precisa estabelecer uma relação com seus alunos, deve considerar o conhecimento de mundo do aluno, compreender sua realidade. Como sabemos, numa sala de aula, sempre haverá alguns alunos que se destacam mais que outros, diante disso, o professor, antes de criticar, precisa se colocar em um lugar não de líder, mas de amigo, procurar estabelecer uma relação entre eles, conhecer suas dificuldades e, assim, trabalhar novos métodos para alcançar a todos os alunos, contribuindo para a evolução intelectual dos mesmos.

Um das maneiras de trabalhar a relação professor-aluno é o diálogo entre eles. Segundo Gadotti (1999),

O educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe de tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida (GADOTTI, 1999, p. 2).

Deve ser estabelecido um relacionamento entre professor e aluno, pois o professor não é o único que tem conhecimento, ele deve ter a capacidade de expandir sua sabedoria observando e compreendendo que o aluno não é limitado, pois carrega conhecimentos adquiridos no decorrer de sua vida, pelas experiências adquiridas no contato social. A educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos indivíduos, sejam esses valores familiares ou sociais.

Muitas vezes, por mais que estejamos cercados de tecnologias, existem professores limitados ao uso apenas dos livros didáticos para suas aulas. O que é de costume ser exigido por professores mais tradicionais de português é a gramática normativa, bom uso da fala, sem considerar seus valores sociais, sua bagagem de saber. “A educação linguística primária... se dá ao longo do início da vida de qualquer pessoa...” (BAGNO, 2007, p. 82), ao ingressar na escola, tudo que ela aprendeu no decorrer da sua vida classificado como “saber formalizado”, tem limitação em algumas áreas, de acordo com alguns conceitos e teorias.

O aluno acaba constrangido ao ser corrigido pela sua forma de falar, e, desse modo, pode acarretar um bloqueio psicológico ao aprendizado, devido ao constrangimento de ser corrigido de forma inadequada, gramaticalmente falando. Nesse sentido, a interação entre eles caracteriza-se pela seleção de conteúdo, organização, sistematização didática para facilitar o aprendizado dos alunos e repasse destes conteúdos pelo professor, jamais deve causar constrangimento. Ao corrigir o aluno, deve utilizar formas sábias de não desqualificar sua fala, considerar sua bagagem social adquirida ao decorrer da vida, mostrando a diversidade sociolinguística do Brasil, que não há certo ou errado, mas variações, normas mais e menos prestigiadas socialmente.

### **3.1 Por uma ressignificação linguística**

É necessário dizer que nossa língua varia de muitas formas, e que é importante compreender que não existe o “certo” ou o “errado”, mas o lugar e o momento de fazer uso de cada variante da língua portuguesa mais adequada.

Como já mencionado nos tópicos anteriores, no tocante à língua brasileira e suas múltiplas possibilidades, “nenhuma delas é uniforme, homogênea” (FARACO, 2003, p. 157), tanto para os mais escolarizados quanto para os menos escolarizados, sabemos que nossa língua varia, sabemos também que no Brasil é recorrente a migração de pessoas, que partem de um estado para o outro, e cada pessoa se depara com variedades linguísticas. Dentre os grupos de falantes mais discriminados pela sociedade, destacam-se os nordestinos, que são criticados por seu modo de falar, tendo sua fala classificada como “errada”.

A sociedade que define o falar nordestino como errado, na verdade, desconhece que a língua possui variedades e estruturas diversificadas, que nenhuma fala pode ser classificada como certa ou errada, porém, em algumas escolas brasileiras podemos encontrar uso da gramática normativa como método de estudo da língua portuguesa.

Bagno (2007, p. 82) propõe uma reeducação sociolinguista para os alunos, porém, acrescentamos ser necessária ao professor uma reeducação para a prática docente, para que não venha a causar constrangimento ao aluno. É de suma importância, para a docência, compreender as variedades sociais que circulam por nosso Brasil, respeitar as diferenças e as variações, independente da região, da classe social ou de quaisquer outros valores.

Assim como Gadotti (1999), acreditamos que nenhum professor deve se colocar como conhecedor do saber, mas deve considerar o saber de que todos são dotados, considerar a opinião do aluno para, só depois, expressar com sabedoria o que a nossa gramática propõe,

mas não desconsiderar o pensamento expresso pelo aluno. No que se refere à avaliação da produção textual dos alunos, ainda é constatado o velho método de correção atentando apenas para erros gramaticais, sem averiguar a capacidade do aluno de desenvolver um tema com pontos importantes, críticos e opinativos sobre certos temas.

Diante desses fatos, destacamos que o preconceito linguístico é um dos aspectos que mais colaboram para a evasão escolar. O ensino tradicional enraizado nos métodos de avaliar o aluno apenas pela gramática normativa, sem atentar para as outras capacidades do indivíduo, referente a o ensino da língua portuguesa, também se constitui como fator importante para explicar essa evasão, não atentar para a bagagem de conhecimento do educando. Não podemos deixar de fora o ensino da gramática, mas devemos adotar novos métodos de ensino-aprendizagem que venham a contribuir para o desenvolvimento intelectual do aluno, sem constrangê-lo. O professor precisa tentar compreender, antes de corrigir, o espaço social que circunda a vida do aluno.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando em consideração os fatos destacados nos tópicos anteriores, sabendo da complexidade da profissão docente, é necessário que haja uma atenção maior com as práticas dos professores referente às variedades linguísticas e o cuidado para não ter atitudes que gerem danos psicológicos a alunos por falta de olhares mais precisos para as transformações sociais. Os profissionais da educação precisam estar atualizados quanto às transformações sociais e das teorias de ensino-aprendizagem, para que haja uma readequação às diversas realidades presentes em sala de aula, sejam elas linguísticas ou de outra natureza.

No que se refere à “Variação Linguística”, o educador precisa ser flexível na hora de avaliar a fala do aluno, se houver entre os alunos preconceito com a fala de outros, que podem diferir quanto ao seu modo de falar, por sua fala não ser “cultura” ou não fazer uso da língua considerada “padrão”, o professor precisa ter conhecimento e domínio acerca da sociolinguística para combater esse preconceito, porém, como já citado, deve conscientizar sobre as variedades e contextos de uso ditos “corretos” para a fala e para a escrita, se formal ou informal.

Este trabalho se deu pela observação enquanto estagiário nas instituições de ensino público, tentando correlacionar a prática observada em sala de aula com as discussões teóricas empreendidas na universidade.

Quanto às escolas públicas, o ensino tradicional foi identificado no processo de estágio no fundamental, professora ao corrigia constantemente o modo de falar de seus alunos, exigia ainda um comportamento linguístico formal, sem antes atentar para a bagagem cultural desses alunos.

A nossa língua possui uma dinâmica imensa, e, ao ingressar nos estudos sociolinguísticos, podemos observar o quanto elapode variar, tanto decorrente da situação (formal ou informal) quanto da localização geográfica. Não devemos limitar nossa visão de língua apenas ao que a gramática normativa determina, pois existem situações e lugares em que podemos usar tanto a linguagem formal quanto a informal.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico – o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional do Livro Didático 2016: guia digital**. Brasília, DF: Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica SEB, 2016.

BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. (Orgs.); KLEIMAN, Ângela. et al. **Português no Ensino Médio e formação do professor**. Rio de Janeiro: Parábola, 2006.

COPPI, Danielle dos Santos Mendes. **O ensino de língua portuguesa e a questão do preconceito dialetal sob a ótica da sociolinguística**. Monografia – Especialização. Universidade Estadual da Paraíba, 2014. 54p.

FARACO, Carlos Alberto. A variação linguística. In: \_\_\_\_\_. **“Português e cultura”**. Curitiba: Base, 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. 21. reimp. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério 2º grau. Série formação do professor).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero externar minha gratidão a Deus por sua infinita graça e misericórdia que me permitiu chegar a esta etapa, por todos os bens que a mim tem feito durante toda a minha vida. Agradeço a Deus, meus pais que sempre contribuíram financeiramente, orações e conselhos para chegar até aqui.

A todos os docentes desta universidade, que contribuíram com meu desenvolvimento intelectual no do curso de letras – português, em especial, os professores e professoras que contribuíram com esta etapa nesta instituição.

Aos amigos e amigas da turma de graduação em Letras Português que me acompanharam durante toda a graduação, em especial a meu grupo de estágio.

À professora Danielle dos Santos que foi uma das motivadoras deste tema relacionado à sociolinguística, Antônio Flávio que muito me aconselhou em conteúdos, também com situações relacionado à vida acadêmica.

Ao meu orientador, o Prof. Me. Paulo Aldemir, pelo tempo, paciência, sabedoria e contribuição para este trabalho ser produzido, buscando ajudar-me na medida do possível.